

CLIPPING IMPRESSO

23/01/2020

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	3 - 4
3.2. PRESIDÊNCIA.....	5

OTONLIMA

Balanço da Justiça I

Dois mil e dezenove foi um ano produtivo para o Tribunal de Justiça do Maranhão. É o que assegura o relatório de gestão que a Diretoria Judiciária do TJ-MA acaba de apresentar. Segundo o levantamento, foram distribuídos 50.891 processos novos - um aumento de 46,19% em relação a 2018.

Balanço da Justiça II

O total de processos julgados em 2019 foi de 47.675. O número representa um acréscimo ainda maior em relação ao ano anterior, na ordem de 86,35%. Já entre as decisões, foram proferidas 21.656 pelo Tribunal.

Balanço da Justiça III

Ainda entre os números da atividade judiciária do TJ no ano passado, 39.247 processos foram baixados. O implemento em relação a 2018 é de 16,07%. Ainda que tímido em relação aos demais comparativos, é mais um ponto satisfatório para a atividade judicante em 2019.

Balanço da Justiça IV

Ao todo foram realizadas 527 sessões de julgamentos, entre Câmaras Isoladas e Reunidas e Secções Cíveis. Das 6 Câmaras Cíveis Isoladas - responsáveis por mais de 60% das pautas -, a Quinta Câmara ficou em primeiro lugar, com um total de 59 sessões - entre 47 presenciais e 12 virtuais. Em tempo: ela é composta pelos des. Ricardo Duailibe, Raimundo Barros e José de Ribamar Castro.

JUDICIÁRIO

Aberto o ano do Judiciário no Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo – em cerimônia solene que precedeu a 1ª Sessão Jurisdicional do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deste ano – fez a abertura oficial do Ano Judiciário de 2020, nesta quarta-feira (22), na sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís (MA).

Na ocasião, o presidente da Corte de Justiça ressaltou que o ato “expressa uma tradição, um simbolismo de caráter formal, uma vez que o Poder Judiciário jamais suspende suas atividades jurisdicionais, estando sempre em permanente funcionamento, num trabalho efetivo, contínuo, ininterrupto, atendendo todos os cidadãos que o procura”, dirigindo-se aos representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, procuradores, demais operadores do Direito e todos os cidadãos.

O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que otimismo e esperança são sentimentos propulsores no ano que se inicia, inspirados nas virtudes do bom senso, equilíbrio e coerência. “Buscaremos o patamar de racionalidade para continuar imprimindo o selo da grandeza do Poder Judiciário do Maranhão, vislumbrando pleno sucesso na honrosa missão de aperfeiçoar a Justiça, para renovar a cidadania e dar voz ao cidadão e, assim, tornar gloriosa a nossa missão constitucional”, frisou.

Sobre a representatividade dos Poderes constituídos e dos órgãos do sistema de Justiça na sessão solene, o presidente do TJMA enfatizou o caráter amplo da missão institucional do Poder Judiciário de contemplar as aspirações da sociedade maranhense

quanto à qualidade da prestação jurisdicional. “Não constituímos um órgão isolado do conjunto das instituições republicanas”, salientou.

DESAFIOS

Em seu discurso, o desembargador Joaquim Figueiredo destacou também os desafios e adversidades vivenciados na atualidade, que têm exigido esforço conjunto e redobrado do Poder Judiciário. “A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense”, disse. Para isso, o presidente afirmou que todas as instituições e órgãos do sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando temas sociais e interagindo com metas e projetos para a qualidade da prestação jurisdicional.

“É nesse ambiente de integração, compreensão, respeito mútuo, coesão e de franco diálogo institucional que encontraremos as soluções necessárias para nos adaptarmos aos novos tempos e nos fortalecermos frente aos imensos desafios a nos cobrar ação, operosidade, determinação, dedicação e disposição para o trabalho”, ressaltou Joaquim Figueiredo.

CONTINUIDADE E AVANÇOS

Em 2020, o presidente afirmou ainda que a Justiça maranhense continuará caminhando lado a lado com a população, sendo o seu farol e a sua cidadela, cumprindo o dever constitucional de potencializar todos os instrumentos institucionais existentes que alcancem as reivindicações dos cidadãos, que não admitem evasivas e querem, em brevidade máxima, os seus direitos ao alcance das mãos. “As soluções para os problemas intrinca-

dos presentes na sociedade devem ser compartilhadas por todas as Instituições Jurídicas e os órgãos que integram o Sistema de Justiça”, enfatizou.

RECONHECIMENTO E TRANSPARÊNCIA

O desembargador Joaquim Figueiredo constatou que importantes aspectos do atual projeto institucional mostram que o Poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos. “São inegáveis, não só o esforço extraordinário de que deram prova os magistrados, mas, acima de tudo, o empenho e a sinergia que os comprometeram na prestação da tutela jurisdicional, sob as múltiplas dimensões em que essa tarefa se desdobra”, afirmou.

Ele reconhece também que peculiaridades da Justiça maranhense têm provocado declarações públicas do reconhecimento e desempenho frente a gigantesca demanda processual e na política de transparência administrativa, financeira e institucional.

Por fim, o presidente Joaquim Figueiredo desejou que em 2020 a missão do Tribunal de Justiça seja coroada de pleno êxito e pautada pela eficiência, indispensável poder crítico e operosidade na administração da Justiça. Ele finalizou o discurso inspirado nas palavras de Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.”

Participaram da mesa de solenidade, o procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Francisco Barros; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Santos e o presidente da OAB/MA, Thiago Diaz.

Ministro Luiz Fux suspende juiz de garantias por tempo indeterminado

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu nesta quarta-feira (22) por tempo indeterminado a implementação do chamado juiz de garantias, previsto no pacote anticrime aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro do ano passado.

PÁG. 3 (C1)

Ministro Luiz Fux suspende juiz de garantias por tempo indeterminado

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu nesta quarta-feira (22) por tempo indeterminado a implementação do chamado juiz de garantias, previsto no pacote anticrime aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro do ano passado.

Quatro ações questionam o tema no Supremo e são relatadas por Fux. O ministro também está encarregado do plantão do STF no recesso do Judiciário. Caberá a ele liberar o processo para a pauta do plenário.

A decisão de Fux ocorre dias depois de o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, adiar a implantação do sistema nos tribunais por até 180 dias. Essa decisão foi revogada pelo relator. Fux considerou que o juiz de garantias deve ser suspenso por duas razões. Segundo ele, a proposta de lei deveria ter partido do Poder Judiciário, já que afeta o funcionamento da justiça no país;



DIVULGAÇÃO

Luiz Fux decidiu suspender a implementação do juiz das garantias até que a decisão seja referendada no plenário do STF

a lei foi aprovada sem a previsão do impacto orçamentário dessa implementação de dois juízes por processo. Na decisão de 43 páginas, Fux

esclareceu que esse entendimento vale para todas as quatro ações que tramitam sobre o tema. Elas foram apresentadas por duas associações de magistrados, uma

de integrantes do Ministério Público e três partidos políticos. Fux considerou que a decisão de Toffoli deve ser "ajustada" por três razões: a aprovação da lei pelo Congresso não tira a legitimidade do Judiciário para verificar a constitucionalidade do texto; o Judiciário, diz Fux, só deve adaptar a lei sancionada em decisão definitiva, de mérito; a liminar (decisão provisória) deve ser reversível, para que não prejudique futura decisão do próprio STF. Ainda segundo Fux, o Judiciário não deve fazer juízo sobre se algum projeto é "bom ou ruim, conveniente ou inconveniente, apropriado ou inapropriado", mas sim verificar se há prejuízo às leis. No caso, ele apontou que a figura do juiz de garantias traz "violação explícita" à Constituição. A suspensão valerá até que o plenário do STF decida se as novas regras estão de acordo com a Constituição. Ainda não há data marcada para análise. (G1)

Maia reage e diz que decisão de Fux sobre juiz das garantias desrespeita Parlamento

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a implementação do juiz das garantias é desnecessária e desrespeitosa. "Eu acho que a decisão do ministro Fux é desnecessária e desrespeitosa com o Parlamento brasileiro e com o governo brasileiro, com os outros Poderes", afirmou à Folha.

Maia disse que depois de um primeiro semestre turbulento, com embates entre Executivo, Legislativo e Judiciário, os Poderes haviam estabelecido relação harmoniosa. Segundo ele, essa decisão gera "perplexidade, indignação" do Congresso e é um mau sinal para investidores.

"Não podemos entrar em fevereiro com uma boa expectativa de crescimento, com o STF dando uma sinalização muito ruim para o Brasil e para os investidores estrangeiros no

nosso país", disse.

"Como alguém pode investir no Brasil chegando aqui e abrindo o jornal e vendo o ministro do Meio Ambiente quase defendendo as queimadas? Do outro lado o ex-procurador-geral da República dizendo que quase matou um ministro do STF, e agora o vice-presidente do STF tomando uma decisão inócua, sem nenhum tipo de diferença em relação à anterior porque a outra dava um prazo para a execução da matéria e certamente seria julgada antes da implementação do juiz de garantias, e ele desfaz a decisão do próprio presidente do Supremo?", disse.

"Quem confiaria em um país que passa por esses obstáculos de forma cotidiana?", afirmou.

Maia afirmou ainda que o presidente do STF, Dias Toffoli, cuja decisão foi revogada por Fux, foi "o principal atacado nesta quarta-feira" e que ele foi o "principal condutor" das

DIVULGAÇÃO



Rodrigo Maia: "a decisão do ministro Fux é desnecessária e desrespeitosa"

conversas que levaram a uma pacificação das relações entre os chefes dos Poderes em 2019, quando Maia e o presidente Jair Bolsonaro travaram diversos embates.

"Eu confio no STF, confio nos seus ministros e confio principalmente na presidência do presidente Dias Toffoli, que na sua volta eu tenho certeza de que vai restabelecer a normalidade na relação de equilíbrio entre os Poderes", afirmou Maia.

Desembargador Joaquim Figueiredo abre Ano Judiciário de 2020

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo – em cerimônia solene que precedeu a 1ª Sessão Jurisdicional do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deste ano – fez a abertura oficial do Ano Judiciário de 2020, nesta quarta-feira (22), na sede do TJMA, Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís (MA). Na ocasião, o presidente da Corte de Justiça ressaltou que o ato “exprime uma tradição, um simbolismo de caráter formal, uma vez que o Poder Judiciário jamais suspende suas atividades jurisdicionais, estando sempre em permanente funcionamento, num trabalho efetivo, contínuo, ininterrupto, atendendo todos os cidadãos que o procura”, dirigindo-se aos representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, procuradores, demais operadores do Direito e todos os cidadãos.

O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que otimismo e esperança são sentimentos propulsores no ano que se inicia, inspirados nas virtudes do bom senso, equilíbrio e coerência.

DESAFIOS

Em seu discurso, o desembargador Joaquim Figueiredo destacou também os desafios e adversidades vivenciados na atualidade, que têm exigido esforço conjunto e redobrado do Poder Judiciário. “A tarefa é árdua e desafiadora, mas a depender da

nossa vontade e compromisso, teremos um Ano Judiciário produtivo e de grande crescimento para a Justiça Maranhense”, disse. Para isso, o presidente afirmou que todas as instituições e órgãos do sistema de Justiça terão que caminhar juntos, enfrentando temas sociais e interagindo com metas e projetos para a qualidade da prestação jurisdicional.

RECONHECIMENTO E TRANSPARÊNCIA

O desembargador Joaquim Figueiredo constatou que importantes aspectos do atual projeto institucional mostram que o Poder Judiciário evoluiu em todos os sentidos.

Ele reconhece também que peculiaridades da Justiça maranhense têm provocado declarações públicas do reconhecimento e desempenho frente a gigantesca demanda processual e na política de transparência administrativa, financeira e institucional.

Por fim, o presidente desejou que em 2020 a missão do Tribunal de Justiça seja coroada de pleno êxito e pautada pela eficiência, indispensável poder crítico e operosidade na administração da Justiça.

Participaram da mesa de solenidade, o procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Francisco Barros; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Santos e o presidente da OAB/MA, Thiago Diaz.